

CURRÍCULO E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Joelma Carvalho Vilar¹
Isa Regina Santos dos Anjos²

RESUMO

O artigo trata de questões teóricas e práticas relacionadas ao currículo na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Tem como intencionalidade pedagógica refletir sobre as relações fundamentais do processo de organização do trabalho docente, com vista a refletir suas implicações sobre o currículo. Os resultados apresentados são resultantes de trabalhos de pesquisa realizados no ano de 2012 e 2013 em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Sergipe. Foram aplicadas diferentes técnicas e procedimentos de investigação, com destaque para a entrevista em profundidade e a observação participante. Considera-se a necessidade de elaboração compartilhada de um currículo escolar com jovens e adultos, preconizando a garantia do direito de aprender na escola.

Palavras-chave – EJA. Currículo. Práticas Pedagógicas.

INTRODUÇÃO

O artigo trata de questões teóricas e práticas relacionadas ao currículo na Educação de Jovens e Adultos – EJA. Tem como intencionalidade pedagógica refletir sobre as relações fundamentais do processo de organização do trabalho docente, com vista a refletir suas implicações sobre o currículo

A importância de tratar desses aspectos fundantes da organização do trabalho pedagógico se deve à necessidade de melhor compreender a prática docente. Nesse texto trabalharemos especialmente sobre o tema currículo na EJA. Inicialmente refletiremos sobre um currículo orientado para a Educação de Jovens e Adultos, em seguida abordaremos importantes temas que devem compor uma proposta curricular para a EJA, destacando a questão da leitura e da escrita, e por último apontaremos alguns direitos de aprendizagem para os alunos jovens e adultos. O objetivo é ampliar o entendimento sobre o currículo na Educação de Jovens e Adultos, refletindo sobre direitos de aprendizagem na EJA

Todo o material apresentado nesse texto é resultante de diferentes trabalhos de pesquisa realizados no ano de 2012 e 2013 em escolas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Estado de Sergipe. Foram aplicadas diferentes técnicas e procedimentos de investigação, com destaque para a entrevista em profundidade e a observação participante. O uso intensivo de Diário de Campo converteu-se em uma ferramenta fundamental para interpretar de maneira mais acurada a realidade em estudo.

O artigo está estruturado em três partes. A primeira reflete sobre a questão do Currículo orientado para a Educação de Jovens e Adultos. A segunda aborda alguns temas fundamentais

¹ UFS

² UFS

para o Currículo da EJA, as questões da leitura e da escrita, da tecnologia são abordadas. Por último o texto indica alguns Direitos de Aprendizagem na EJA.

Um Currículo Orientado para a Educação de Jovens e Adultos

Falar sobre currículo é tratar de questões referentes ao que se ensina na escola. Nesse contexto o currículo multicultural implica em propostas educativas que considerem as diferenças culturais, sociais, econômicas, linguísticas, étnicas, de gênero etc. dos alunos e valorizando-os em suas especificidades (MOREIRA e CANDAU,1997). Tal proposta apresenta-se como funcional para a EJA.

Um currículo que esteja pautado na cultura dos sujeitos educativos demanda um novo posicionamento de professores e gestores referente às expressões culturais próprias dos alunos. O diálogo com a diversidade cultural do aluno é uma poderosa postura metodológica capaz de orientar a escolha de conteúdos e de procedimentos de ensino em sala de aula.

Inspirando-nos no pensamento de Comênio(1992), ao defender uma educação que pretende ensinar tudo a todos, fazemos algumas indagações: Que conhecimentos comuns são tidos como fundamentais para todo aluno da EJA? Que direitos de aprendizagem devem ser garantidos pela escola de EJA? Essas questões serão abordadas no decorrer desse texto.

A nossa experiência docente indica que não é possível nem positivo fazer uma definição fechada e universal sobre o que o aluno da EJA deva aprender. As propostas curriculares para EJA tratam de uma base comum nacional e uma parte diversificada, assim como para o ensino fundamental regular. Mas o currículo deve buscar desenvolver valores, conhecimentos e habilidades que ajudem os alunos a interpretar, de maneira crítica, a realidade em que vivem e nela inserir-se de forma mais consciente e participativa. O objetivo é aprimorar as concepções dos alunos sobre si mesmo, sua participação na e sobre a sociedade e integrar-se progressivamente (BRASIL, 2001).

Sobre esse tema a proposta curricular da EJA indica que:

A complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, 2001, p. 163)

O que nos parece evidente é que o currículo da EJA deve contemplar as diferentes dimensões da formação humana, que envolve as relações e valores afetivos e cognitivos existentes no conhecimento social, político e cultural. Identificamos ser acertado para o trabalho com a EJA que o currículo esteja orientado à perspectiva da diversidade de alunos, de cultura, de linguagem, de saberes, devendo incluir, invariavelmente, a ideia de que os conteúdos contemplem análise e discussão das diversidades e das diferenças entre os sujeitos educativos.

No entanto, de acordo com nossos estudos em EJA, o currículo na EJA privilegia a inteligência cognitiva e o raciocínio lógico e se baseia em uma abordagem reducionista da vida na qual diferentes dimensões da cultura, da emoção, da subjetividade, da própria história de vida dos alunos são desconsiderados. A ideia é desenvolver um currículo orientado

culturalmente, que valorize o potencial humano e desenvolva as dimensões onmilaterais dos sujeitos da EJA. .

Com relação ao currículo, o professor encontra-se entre o que ele acredita que deve trabalhar em sala de aula e o que o currículo programado exige que seja cumprido em cada ano na EJA. É comum os relatos de professores da EJA apontarem que o currículo é extenso e é predeterminado, o que os leva ao dilema entre ensinar o que considera importante para o aluno e o que as famosas “grades” curriculares propõem.

Para a elaboração de um currículo fundado na realidade social e pautado na capacidade de dialogar com os sujeitos educativos e com seus saberes, é necessário uma ação de natureza coletiva que envolva o diálogo entre os membros da comunidade escolar. Tal diálogo deve ser norteado por intenções educativas dos professores, gestores, pais e alunos. (MURTA, 2004)

Ferraço (2008), ao abordar o tema currículo escolar, apresenta a ideia de que o currículo se constrói no movimento híbrido entre o que é proposto oficialmente para o aluno e a prática docente, envolvendo assim a questão prescritiva das orientações legais e as subjetividades do fazer docente. Portanto, o currículo da escola não é a representação dos documentos oficiais nem tampouco uma decisão pessoal de educador.

Nesse contexto, o currículo, aparentemente, apresenta-se como algo harmonioso. Porém, isso fica apenas no mundo das aparências, uma vez que o currículo é resultante dos conflitos, de interesses de quem o define, de encontros e confrontos culturais. Um exemplo disso é a intensa discussão do currículo na EJA sobre o antagonismo entre a formação do aluno para o mercado de trabalho ou a formação geral inerente ao processo educativo escolar para os alunos da EJA (SOARES, 2005). Essas e outras discussões compõem a trama de configuração do currículo na EJA.

Em nossos estudos, pesquisas de extensão, ensinamentos dedicados à Educação de Jovens e de Adultos, uma das preocupações trazidas à tona é com o currículo escolar da EJA. A opinião mais frequente dos professores da EJA é que deve existir um currículo especial para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Entre muitos professores acredita-se que, em função das especificidades inerentes à EJA, deveria existir um currículo voltado para a EJA. Mas qual seria esse currículo? A que grupo de interesse este currículo serviria? Como seriam escolhidos os conteúdos? Quem os escolheria? Quais fundamentos norteariam a elaboração desse currículo? São muitas as questões a serem pensadas quando se defende a ideia de um currículo especial para EJA.

O que nossos estudos têm demonstrado é que as discussões em torno do currículo na EJA entre os professores se limitam às questões de ordem técnica e instrumental. Vejamos alguns pensamentos apresentados pelos professores para a questão do currículo na EJA:

- A carga horária das disciplinas deve ser mais bem distribuída.
- A avaliação dos conteúdos deve ser mais flexível.
- A seleção dos conteúdos deve partir da realidade dos alunos e da intenção de preparar para o mundo do trabalho.
- As atividades devem ser feitas em sala de aula.

Todas essas indicações são necessárias. Porém, o que uma observação atenta nos indica é que as soluções das questões do currículo na EJA não se dão simplesmente através de mudanças organizacionais do currículo que envolvem a distribuição das cargas horárias, a sequenciação de conteúdos a ser desenvolvida em sala, a definição de objetivos relativos a esses conteúdos e o uso adequado de avaliação e de procedimentos de ensino.

A reflexão sobre o currículo demanda uma análise mais profunda das concepções sobre a escola, sobre os sujeitos da EJA e sobre as intencionalidades educativas da instituição escolar. O currículo, desde uma perspectiva mais ampla, deve envolver, além das dimensões técnicas e instrumentais elencadas pelos professores, as concepções de educação e de mundo dos sujeitos, ou seja, deve relacionar o currículo com a vida das pessoas.

Para contribuir com nossa discussão sobre currículo o posicionamento pragmático de Fleuri (2001) é importante, pois, segundo esse autor, o currículo deve ser estruturado de modo que ajude os alunos a entenderem as relações de sua linguagem no diálogo com seu contexto de mundo e nos espaços em que estão vivendo (Comunicação e da Expressão verbal), a desenvolverem seu raciocínio lógico (Matemática), no sentido de compreender suas experiências em contato com a natureza (Ciências) e com a sociedade e classe social a que se encontram ligadas (Estudos Sociais) (FLEURI, 2001, p.73).

A leitura de mundo feita pelos alunos compõe a questão curricular do que deve ser ensinado em sala de aula. É nesse entendimento de alunos da EJA, como sujeito no mundo (FREIRE, 1997) que faz seu viver no cotidiano e que produz símbolos e representações sobre si mesmo e o mundo que se abre espaço para as autênticas experiências dos alunos e para genuínas escolhas dos conteúdos significativos e relevantes para a EJA.

Contraditoriamente a nossa experiência indica que a vida de nossos alunos está fora das definições do currículo e essa exclusão é um dos fatores que contribui para os elevados índices de evasão e de repetência escolar. Freire (1997) faz uma crítica curricular muito importante ao denunciar que o conteúdo escolar está fora da vida dos alunos e propõe que a realidade seja a base de estruturação do trabalho pedagógico de ensinar. O jovem tem sido um mero receptor de informações, com reduzida possibilidade de envolvimento na dinâmica curricular. Currículo na escola é coisa de professor. Essa postura institucional demonstra uma cultura pedagógica autoritária. No entanto, é preciso entender o currículo *“como criação cotidiana daqueles que fazem as escolas e como prática que envolve todos os saberes e processos interativos do trabalho pedagógico realizado por alunos e professores”* (BARBOSA, 2004, p.9).

O currículo, portanto deve se orientar pelo conhecimento que o aluno tem e sobre quem ele é. Deve envolver, necessariamente, os elementos de sua materialidade geográfica e social e os saberes relacionados aos elementos de sua cultura e do seu trabalho. Portanto as tradicionais questões epistemológicas, envoltas na ciência de Ensinar- A PEDAGOGIA, Quem é? Como vive? O Que sabe? São questões norteadoras para pensar o currículo da EJA. Refletir e responder sobre essas questões atribuiria à escola o papel que deveria assumir frente aos alunos, aos processos de ensino e ao currículo. Qual a função da escola perante a vida, senão os processos de humanização, tornar as pessoas mais humanas, mais felizes e sintonizadas com a vida na sociedade contemporânea? Essa perspectiva de humanização preconizada por FREIRE (1967, 1987) pressupõe uma outra maneira de pensar a escola e o currículo.

TEMAS FUNDAMENTAIS PARA O CURRÍCULO DA EJA

A Questão da Leitura e da Escrita na EJA

No currículo da EJA a questão da leitura e da escrita é um fator importante, pois muitos alunos da EJA retornam à escola com o objetivo de aprender a ler e a escrever para o uso em sua vida pessoal e social e para a participação ativa no mercado de trabalho. Para tratar do valor atribuído a essas aprendizagens vejamos o documento Brasil (2001, p.170):

Não podemos nos esquecer, entretanto, que a motivação desses alunos está fortemente dirigida ao aprendizado da leitura, da escrita e dos cálculos matemáticos. Por isso, é importante que o professor procure sempre articular debates orais a alguma atividade de escrita, por exemplo, sintetizando informações ou opiniões em pequenos textos ou esquemas, que podem ser elaborados coletivamente, com sua ajuda. O professor pode levar para a sala de aula livros e jornais para serem manuseados e explorados visualmente, além de ler em voz alta pequenos trechos que sirvam para enriquecer os debates. Ele poderá também elaborar problemas matemáticos a partir de fenômenos sociais ou naturais estudados.

As atividades de ensino da leitura e da escrita, por serem atividades que medeiam as relações sociais e podem fazer emergir conteúdos de diferentes áreas do conhecimento escolar, devem adquirir centralidade nas atividades de EJA e se articular, numa perspectiva interdisciplinar, a outras áreas do conhecimento: Matemática, Ciências Naturais e da Sociedade.

No entanto, ao ensinar numa turma de jovens e adultos, o professor, tomando como base os conhecimentos trazidos por esses alunos, não deve restringir-se ao ensino da leitura e da escrita. Nossas pesquisas mostram que o professor da EJA dá ênfase ao ensino de Português e de Matemática em detrimento de outras áreas.

Observemos o relato de uma pesquisa realizada na cidade de Itabaiana:

Uma situação notável nas turmas de Educação de Jovens e Adultos é que assim como os professores muitos alunos sentem-se satisfeitos apenas com o ensino e a aprendizagem da habilidade da leitura e da escrita. Muitas vezes esses alunos sentem a necessidade de aprender algo mais, no entanto, como geralmente não são estimulados a pesquisar e questionar acabam por se conformar com a aprendizagem de leitura, escrita e alguns cálculos. (NASCIMENTO e VILAR, 2012)

Os alunos da EJA têm o direito de aprender a ler, a escrever e a fazer contas, e, muito mais que isso, têm direito ao acesso aos históricos saberes sistematizados pela humanidade e de dialogar com a linguagem e a racionalidade científica presentes nos conteúdos escolares como requisito para o exercício pleno da cidadania. Enfim, os educandos da EJA têm direito a uma escolarização ampla e de qualidade, que abranja todas as áreas do conhecimento.

A questão central é que o aluno jovem e adulto da EJA tem sérias dificuldades no domínio dessas habilidades, oriundas do perverso histórico de fracasso escolar a que foi submetido. Assim, a tarefa primeira do professor da Educação de Jovens e Adultos, de qualquer disciplina que leciona, é voltar-se para os processos de alfabetização e letramento.

Analisemos o relato de um professor de Física de uma Escola Pública do Estado de Sergipe. O professor descreve as dificuldades dos alunos e também algumas estratégias utilizadas por ele para superar tais dificuldades:

A falta de base. Eu considero o ensino fundamental mais importante e determinante no desenvolvimento do aluno que o ensino médio. Quando um estudante chega às séries finais sem saber interpretar o enunciado de uma questão torna-se difícil exigir dele a compreensão das perguntas feitas nas avaliações e exercícios. Eles não sabem interpretar, e sentem dificuldade na leitura. Diante da dificuldade apresentada e constatada por mim, procuro inicialmente, levar textos mais simples, diretos e de fácil compreensão para que possam compreender o enunciado das questões e interpretá-las... É preciso trabalhar todos os sentidos da comunicação com os alunos. No caso da oralidade, a utilização de uma linguagem fácil é fundamental para compreensão do conteúdo... Reafirmo que as maiores dificuldades que enfrento em sala de aula é a falta de base nas duas disciplinas mais importantes: Matemática e Português. (Professor do Ensino Médio)

Nesse contexto, a alfabetização coloca-se como direito que deve ser assegurado a cada aluno a fim de garantir o pleno desenvolvimento pessoal, social e cultural. A Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFITEA VI) celebra esse entendimento:

A alfabetização é um pilar indispensável que permite que jovens e adultos participem de oportunidades de aprendizagem em todas as fases do *continuum* da aprendizagem. O direito à alfabetização é parte inerente do direito à educação. É um pré-requisito para o desenvolvimento do empoderamento pessoal, social, econômico e político. A alfabetização é um instrumento essencial de construção de capacidades nas pessoas para que possam enfrentar os desafios e as complexidades da vida, da cultura, da economia e da sociedade. (BRASIL, 2009, p.7)

Os desafios do ensino da leitura e da escrita para o aluno da EJA estão relacionados ao respeito à bagagem cultural que o aluno tem, expresso especialmente na sua oralidade. Podemos dizer que os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos têm conhecimento próprio sobre a linguagem, elaborados nas interações sociais. A negação dos saberes e experiências do educando pode contribuir para a não aprendizagem da leitura e da escrita e até para exclusão dos sujeitos jovens e adultos do processo de educação escolar.

Com base nas experiências e em pesquisas (LEAL, ALBUQUERQUE, 2006), recomendamos que se faça a aplicação de alguns princípios para as práticas docentes, com destaque para as atividades da Língua Portuguesa:

- Valorização dos sujeitos da EJA como sujeitos de direitos, produtores de cultura e de saberes.
- Valorização dos conhecimentos adquiridos durante a experiência de vida dos educandos. Tal princípio é de fundamental importância para que eles sintam-se mais encorajados para falar e para escrever o que pensam.
- Respeito à diversidade de gênero e geracional, assim como à realidade social, cultural e econômica do aluno.
- Manifestação das variedades linguísticas. Sendo a linguagem uma produção cultural, necessário é respeitar as variantes linguísticas.

- Uso social da escrita em sala de aula. Os alunos precisam refletir sobre o ato de escrever, para que a escrita tenha sentido e significado na escola.
- Atividades de reflexão sobre temas e conceitos das diferentes áreas de conhecimento, por meio da leitura, da oralidade e da produção de textos.
- Reflexão sobre usos e funções da escrita. Destaca-se o trabalho com diferentes gêneros textuais.
- Considerar a modalidade oral como elemento importante na aprendizagem da escrita.
- Considerar a prática de leitura elemento indissociável da escrita.

Nesse contexto, entende-se que a aplicação desses princípios às práticas de ensino da língua pode, dentro dos seus limites de atuação, contribuir de maneira mais satisfatória para o aprendizado de uma habilidade tão necessária à inserção social dos jovens e adultos na sociedade. Sem lugar a dúvidas, o uso competente da habilidade da leitura e da escrita tem ressonância na vida pessoal, profissional e social dos alunos da EJA, tornando-se urgente criar práticas de ensino da leitura e da escrita bem-sucedidas.

A Questão do Trabalho e da Tecnologia Na EJA

A vinculação entre o aluno e o mundo do trabalho é algo que necessariamente tem que ser considerado na proposta curricular oferecida aos alunos da EJA. Esse traço é visível em duas expressões extremas de empregabilidade no campo e na cidade. A respeito dessa realidade, o documento BRASIL (2006) aponta:

As alunas e alunos da EJA, em sua maioria, são trabalhadores e, muitas vezes, a experiência com o trabalho começou em suas vidas muito cedo. Nas cidades, seus pais saíam para trabalhar e muitos deles já eram responsáveis, ainda crianças, pelo cuidado da casa e dos irmãos mais novos. Outras vezes, acompanhavam seus pais ao trabalho, realizando pequenas tarefas para auxiliá-los. É comum, ainda, que nos centros urbanos, estes alunos tenham realizado um sem-número de atividades cuja renda completava os ganhos da família: guardar carros, distribuir panfletos, auxiliar em serviços na construção civil, fazer entregas, arrematar costuras, cuidar de crianças etc. (BRASIL, 2006, p. 19).

Considerando esse quadro, pode-se afirmar que os alunos da EJA são sujeitos que buscam um estímulo através da educação como parte de sua construção humana. Essa questão tão central, escola-trabalho, é algo que necessita estar contido no currículo da EJA.

Sendo assim, a tradicional discussão da relação dicotômica entre a formação geral e para o mercado de trabalho tem direito a uma reflexão mais aprofundada. Aqui nos convém alertar para o fato de que realizar um currículo para os jovens e adultos apenas no sentido de fazer sua inserção no mercado de trabalho é ter um entendimento apequenado sobre o currículo para a EJA. Soares (2005) adverte para o fato de não tomarmos como objetivo e referência somente o sentido de inserção no mercado de trabalho, sob pena de impregnar a EJA apenas de uma função utilitarista de educação.

Sobre isso, o documento Brasil/MEC (2001 p.163) explica:

A complexidade da vida moderna e o exercício da cidadania plena impõem o domínio de certos conhecimentos sobre o mundo a que jovens e adultos devem ter acesso desde a primeira etapa do ensino fundamental. Esses conhecimentos deverão favorecer uma maior integração dos educandos em seu ambiente social e natural, possibilitando a melhoria de sua qualidade de vida. Faz-se necessário, porém, superar certa visão utilitarista da educação de jovens e adultos, baseada no suposto de que os interesses dos educandos estão restritos às suas experiências e necessidades imediatas.

Outro tema que precisa ser destacado é a questão da inclusão da TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação nas propostas curriculares para a EJA. O aluno da EJA tem direito ao letramento digital e de participar desse mundo globalizado que converge diferentes tecnologias e linguagens comunicacionais. É direito do aluno jovem e adulto participar de práticas escolares que permitam conhecer culturas, outras realidades, escrever, ler, interagir com outros grupos. A vivência das TICs nas escolas possibilita a tessitura de novos conhecimentos que ajudarão o aluno a ressignificar o mundo e a sua participação nele.

3. Direitos de Aprendizagem na EJA

A aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos se apresenta como uma necessidade e como condição para o integral exercício da cidadania. Desse modo, a EJA se inscreve como concepção de educação emancipadora e permanente (BRASIL, 2000), que assume uma relevante função para formação da pessoa jovem e adulta e supera o tradicional caráter compensatório que historicamente a EJA assumiu no Brasil. Assim, a aprendizagem para a EJA se coloca como uma questão no campo dos direitos pessoais e sociais. Direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Art.22, ao estabelecer que a educação “tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.”

Dos direitos estabelecidos pela LDBN (Art.32) para o Ensino Fundamental, reconhece-se:

- O desenvolvimento da capacidade de aprender, com ênfase no domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
- A compreensão da sociedade em suas diferentes dimensões (ambiente natural e social, sistema político, das artes e da tecnologia);
- Acesso aos conhecimentos historicamente elaborados pela humanidade, desenvolvimento de habilidade e formação de atitudes e valores que estimulem a construção de uma visão crítica da sociedade;
- O desenvolvimento da capacidade de aprender e construir visão crítica;
- O fortalecimento das relações interpessoais em seus diferentes níveis, com base no princípio da tolerância e solidariedade humana.

O artigo 3º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA define que as propostas de currículo para a primeira etapa do Ensino Fundamental da Educação de Jovens e Adultos seguirão as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental. A Resolução nº 7, de 14

de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos

A observância a essa diretriz exige a contextualização e a transposição didática e metodológica das diretrizes curriculares nacionais do Ensino Fundamental para a especificidade da EJA. A base nacional comum dos componentes curriculares e sua parte diversificada deverão compor os cursos da EJA, integrando assim, a mesma intencionalidade da Educação Fundamental, o exercício da cidadania às *Áreas de Conhecimento* (BRASIL, 2000)

Os componentes curriculares e o modelo pedagógico próprios da Educação de Jovens e Adultos obedecerão aos princípios, aos objetivos e às Diretrizes Curriculares tais como formulados no Art. 5º do Parecer CNE/CEB 11/2000)

Pensando especificamente na sala de aula de EJA e atendendo às exigências previstas nas Diretrizes, torna-se necessário demarcar os diferentes conhecimentos que se estabelecem como direito de Educação dos Jovens e Adultos em algumas áreas. Para um currículo de natureza democrática, que respeite as especificidades e a pluralidade do aluno da EJA, é imprescindível a definição de alguns conhecimentos e habilidades básicas a serem apropriados por todos os alunos.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental para EJA, dos PCNs e da Proposta Curricular para o 1º segmento do Ensino Fundamental descrevemos alguns direitos de aprendizagem do aluno da EJA. A indicação desses direitos poderão orientar a ação pedagógica docente para as áreas do conhecimento Linguagem, Matemática, Ciências da Sociedade e da Natureza .

Queremos afirmar que não pretendemos apresentar um currículo para o ensino da EJA, mas tão somente indicar, a partir de documentos oficiais, alguns direitos de aprendizagem do jovem e do adulto na EJA. A finalidade não é definir um currículo, é mais do que qualquer coisa, pensar acerca do que deve constituir um direito de aprendizagem para o aluno da EJA.

No quadro, em anexo, alguns direitos de aprendizagem estão descritos e podem ser postos como pontos de partida para a elaboração do currículo escolar na EJA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios que se colocam em sala de aula para o professor da EJA. Como desenvolver conteúdos que atendam a diversidade inerente a sala da EJA? Como atender às múltiplas e diferentes características do sujeito que participa da EJA?

As palavras de uma professora demonstram essa realidade:

O grande desafio dos professores que atuam nessa modalidade de ensino é manter esses alunos em sala de aula. Por isso, é importante trabalhar com atividades contextualizadas de modo a adequar os conteúdos curriculares aproximando-os à realidade do aluno e dessa forma estimulá-los a permanecer em sala de aula. (Professora da EJA/Sergipe)

Ao relacionar a questão da permanência do aluno em sala de aula aos processos pedagógicos, a docente tem uma visão atilada sobre os desafios do ensino e aprendizagem na EJA. A apreciação da professora indica o desafio, “manter esses alunos em sala de aula”, e ainda propõe uma forma de enfrentamento desse desafio: “é importante trabalhar com atividades contextualizadas”.

Consideramos que um bom currículo se alicerçado em um bom planejamento de ensino pode ajudar na tarefa de ensinar. Nessa tarefa, atividades apoiadas em uma abordagem dialógica, crítica e reflexiva pode estimular a expressão da subjetividade do aluno e trazer a tona o material mais precioso no qual devemos debruçar para desenvolver o trabalho de ensino - a vida do aluno com todas as suas intrincadas relações.

Destaca-se a necessidade de elaboração de um currículo escolar com a participação dos alunos jovens e adultos e assim, preconiza-se a garantia do direito de aprender na escola.

Para a Educação de Jovens e Adultos é fundamental a construção de um currículo que, através de um novo posicionamento docente frente às relações com os sujeitos da aprendizagem e com o conhecimento, esteja alicerçado na cultura dos sujeitos e impulse uma nova postura docente com relação ao aluno, a si mesmo e ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei Nº 9394, de 26 de dezembro de 1996. Brasília, 1996

_____. Conselho Nacional de Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CEB nº 11/2000, 2000.

_____. Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular-1º segmento/ coordenação e texto final (de) Vera Maria Masagão Ribeiro; -São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Documento Nacional Preparatório a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (VI CONFINTEA) / Ministério da Educação (MEC). – Brasília: MEC; Goiânia: FUNAPE/UFG, 2009.

_____. Parâmetros curriculares nacionais : língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

COMÊNIO, J. A. Didáctica Magna. 4. ed. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

FERRAÇO, C. E. (org.). Cotidiano escolar, formação de professores (as) e currículo. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FLEURI, R. As Relações Dialógicas e Interculturais na Escola. In: XAVIER, R.S. (Org.) Ciclo de Leituras de Paulo Freire. Londrina. Humanidades, 2001.

FRANCO, A. do R. S. Pedagogia e prática docente. Cortez, São Paulo, 2012.

FREIRE, P. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. Pedagogia do oprimido (17ªed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1997.

LEAL, T. F., ALBUQUERQUE, E. B. C. Desafios da Educação de Jovens e Adultos: construindo práticas de alfabetização. Belo Horizonte, Autêntica, 2006

MALTA, A. A. A aprendizagem na educação de jovens e adultos: a emergência de diferentes saberes na re-significação de práticas escolares. Salvador: UFBA-FACED, 2004 (Dissertação de mestrado).

MEIRIEU, P. A pedagogia entre o dizer e o fazer: a coragem de começar. Porto Alegre, Artes Médicas, 2002

MOREIRA, A. F. B. CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, Jeanete. PAGEL, Sandra D; NASCIMENTO, Aricélia R. do. Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MURTA, M.. O Projeto Pedagógico da escola e o currículo como instrumento de sua concretização. Revista Educação e Tecnologia. Belo Horizonte, v.9, n.1, p.21-28, jan./jun. 2004.

NASCIMENTO, A. S., VILAR. J. C., O Ensino de Ciências Naturais nas Turmas de Jovens e Adultos: Perspectiva e Visão Docente. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal de Sergipe, DEDI, Itabaiana, 2012.

SOARES, L., GIOVANETTI, M. A., GOMES, N. L. (Org.) Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.